



PGM 5

VIOLÊNCIA E CIDADANIA

*Sylvia Cavasin
Silvani Arruda**

*São os nossos valores que nos permitem escolher
com critério nesse universo de possibilidades
que é o mundo hoje.*

Lino de Macedo

Ultimamente, temos ouvido falar muito em violência. Dá até para pensar: será que toda essa violência é um fenômeno dos nossos dias? Quem são os/as culpados/as? Será que existe uma solução para tanta violência?

Não é fácil responder a essas perguntas, mas não custa nada pensar um pouco sobre qual é o nosso papel nisso tudo e o que podemos fazer para mudar essa realidade. Para começo de conversa, é bom saber que existem vários tipos de violência.

Podemos, por exemplo, não dar conta de deter os assaltos, mortes e espancamentos que todos os dias estão estampados nos jornais, mas podemos, sim, tentar garantir que as relações entre as pessoas sejam mais solidárias, respeitadas e cooperativas.

Se observarmos tudo o que acontece à nossa volta e analisarmos criticamente essas situações, vamos acabar descobrindo uma série de violências que acontecem bem diante de nossos olhos e que de tão acostumados/as nem percebemos mais como tais. Só para ilustrar: você já pensou no número de pessoas que não têm onde morar? Que vivem com suas famílias debaixo de pontes e viadutos?

* ECOS - Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana



Só que, no Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Mulher, está escrito assim: *“Todas as pessoas têm o direito de ter o que é necessário para não adoecerem: comer, vestir-se, ter uma casa para morar, assistência médica.”* Então, como é que fica?

Bem, o primeiro passo para deter a violência é justamente esse: começar a enxergá-la, reconhecê-la no nosso dia-a-dia e conhecer também quais são os nossos direitos. Só assim poderemos combater as violências que sofremos e que, muitas vezes, até praticamos.

Antes de definirmos o que vem a ser violência, é importante saber que ela sempre existiu. É só pegar um livro de história do Brasil ou do mundo que já nos deparamos com guerras, massacres de populações inteiras, subjugação de raças, briga pelo poder, saques, roubos, etc.

Violência e Costumes

As relações de dominação, identificadas no passado, continuam a vigorar firmemente até hoje, marcando as diferenças na sociedade, originando relações assimétricas hierarquizadas, que implicam que a vontade de uns seja submetida a outros. Essa relação de desigualdade não é um fenômeno novo nem estranho à sociedade. Quem não se lembra da irracionalidade das guerras, das torturas, do absurdo das perseguições ideológicas e religiosas, das perversidades e dos castigos no ambiente doméstico, da disciplina repressiva das escolas e famílias, que permearam toda a história da humanidade? Desse ponto de vista, pode-se assegurar, sem exageros, que todos os membros da sociedade – homens e mulheres, adultos e crianças – foram e têm sido objeto de violência em algum momento de suas vidas.

A violência identificada em uma sociedade pode ser dividida, de maneira geral, em dois tipos: **violência estrutural**, quando surge dos sistemas políticos, econômicos e sociais dominantes, que negam benefícios e acesso a uma vida digna para um grande número de pessoas, servindo de base para a violência direta, porque influi nas pautas de socialização que levam os indivíduos a aceitar e aplicar

sofrimentos, segundo a função social que desempenham; **violência aberta ou direta:** exercida por agressão, através de armas e de força física.

A violência não se expressa apenas nas relações entre classes sociais, ela se expressa também nas relações interpessoais, nas relações cotidianas nas quais grupos de pessoas também são submetidos à vontade de outros. Aparecem nas relações de gênero, nas relações entre raças, nas relações entre homens e mulheres, nas relações entre adultos e crianças e no interior das famílias.

Violência e dominação são parentes próximos. Uma relação de dominação implica uma relação desigual, na qual existe o ser superior e o inferior. Entre as pessoas, a relação de dominação faz com que uma das partes não seja vista, não tenha visibilidade como sujeito, seja vista apenas como coisa. Estão presentes neste tipo de relação a inércia, a passividade e o silêncio, isto é, quando alguém impede a fala e a atividade de outra pessoa, ocorre uma relação de violência.

Para entendermos melhor essa noção de violência (que muitas vezes nos horroriza fazendo com que achemos isso um fenômeno estranho a nós), nos remetemos a um texto de Maria Sylvia Carvalho Franco, citado por Sérgio Adorno, ambos profissionais que tratam do tema violência nestes últimos anos.

Maria Sylvia Carvalho Franco, em seu livro *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, analisa o cenário caipira no qual transcorria a vida paulista no século XIX. Ressalta alguns elementos: entre eles, na sociedade agrária brasileira, recém egressa do colonialismo, os ajustes violentos não eram esporádicos e sequer relacionados a situações episódicas. Pelo contrário, os ajustes violentos estavam imersos na banalidade da vida cotidiana. A violência atravessava todo o tecido social, estando presente justamente nos espaços menos regulamentados da existência coletiva, como naqueles onde se encontravam organizados os princípios e fundamentos estruturadores da vida e da sociedade.

Aponta que, dentro do mundo tradicional rural, a violência podia se manifestar pelo menos sob três formas: enquanto **costume**, incorporada na regularidade cotidiana do homem livre, apresentando-se como solução radicalizada de conflitos, inclusive com a possibilidade de supressão física de uma das partes litigiosas. Enquanto **instituição**: o recurso à violência se manifestava como padrão de comportamentos. Neste sentido, as respostas violentas apareciam como condutas estandardizadas. Problemas de conflitos sociais ou entre grupos ou classes eram solucionados de modo também conflituoso, não raro com a supressão de uma das partes. Enquanto **moralidade**, a violência se comportou como um modelo socialmente válido de conduta, publicamente aceito e reconhecido. A ação violenta era tida não somente como legítima, mas também como imperativa.

Esse exemplo, retirado da história e dos costumes da sociedade rural brasileira, ilustra uma situação que aos nossos olhos parece absurda, mas que foi lícita no século XIX e que, de certa forma, faz-nos reconhecer que a violência, embora cause repúdio aos seres humanos, não é um fenômeno estranho e episódico à sociedade. A violência não é um fenômeno natural, mas um fenômeno social. É difícil admitir que a violência é um fenômeno socialmente construído, ou seja, um fenômeno que ocorre no interior das relações sociais.

A sociedade moderna brasileira não dá mostras de superação dessa forma aparentemente atrasada de solucionar seus conflitos; ao contrário, tende a revitalizá-la e reproduzi-la. As relações de dominação continuam a vigorar firmemente, marcando as diferenças na sociedade que originam relações de desigualdade.

Neste sentido a ação entre as pessoas se torna violenta, porque envolve a perda da autonomia, de modo que as pessoas são privadas de manifestar sua vontade, submetendo o seu desejo à vontade e ao desejo de outros.

A Família

A violência não se expressa apenas nas relações entre classes sociais, ela se expressa também nas relações interpessoais, nas relações cotidianas nas quais grupos de pessoas também são submetidos à vontade de outros. Aparecem nas relações de gênero, nas relações entre raças, nas relações entre homens e mulheres, nas relações entre adultos e crianças e no interior das famílias.

No Brasil, a família sempre foi considerada como uma instituição que contempla conforto e segurança física e emocional para seus membros. Mas isso não é totalmente verdade. Ela é também um lugar muito perigoso onde cotidianamente as relações desiguais produzem conflitos. Nas relações em que uma das partes perde autonomia, é privada de manifestar sua vontade, submete seu desejo à vontade e ao desejo de outros/as, estão presentes a desigualdade e a submissão, portanto, a violência.

Um exemplo fácil de observar é quando analisamos os papéis de gênero entre os membros da família. Normalmente, entre os casais, o marido é considerado a cabeça da família, mesmo que a mulher mantenha economicamente a casa, conjugando várias jornadas de trabalho.

A família pode também vir a ser um espaço perigoso para as crianças, visto que, na nossa sociedade, o modelo de organização familiar centrado no adulto o designa como figura portadora de soberania e excelência. São inúmeros os casos de desrespeito à criança e ao/a adolescente dentro da família, casos em que adultos/as, fazendo uso de força física ou coercitiva, subjagam, agridem, humilham, impedem seus filhos/as de enunciarem seus desejos, esquecendo que são sujeitos de direitos legalmente protegidos/as.

Em nosso país vivemos uma verdadeira omissão em relação ao abuso sexual de crianças e adolescentes. Quase não existem dados sobre o assunto porque, ao contrário do que se imagina, o abuso sexual acontece mais dentro de casa do que na rua. Geralmente, o abusador é uma pessoa que a criança conhece, confia e ama.

Este problema não aflige somente os países em desenvolvimento. Nos Estados Unidos, 20% das meninas e 9%

dos meninos são sexualmente abusados antes de atingirem 12 anos, segundo pesquisas realizadas naquele país.

Definições do ponto de vista legal:

Incesto: é qualquer relação de caráter sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente, entre um adolescente e uma criança, ou ainda entre adolescentes quando existe um laço familiar, direto ou não, ou mesmo uma mera relação de responsabilidade.

Estupro: é a situação em que ocorre penetração vaginal com o uso de violência ou ameaça a partir dos 14 anos. Antes de 12 anos, mesmo sem violência ou ameaça, é considerado estupro.

Sedução: quando há penetração vaginal sem uso de violência em adolescentes virgens de 14 a 18 anos.

Atentado Violento ao Pudor: constranger alguém a praticar atos libidinosos sem penetração vaginal, utilizando violência ou grave ameaça.

Prostituição Infantil: situação que envolve milhares de crianças e adolescentes vítimas de uma situação sócio-econômica extremamente injusta e desigual. Essas meninas, na maioria das vezes, mantiveram sua primeira atividade sexual com alguém do seu convívio próximo, e foram obrigadas por fatores culturais e econômicos a se prostituírem para sobreviver.*

O abuso sexual pode trazer para a criança e o/a adolescente conseqüências orgânicas e psicológicas, como lesões diversas na genitália e no ânus, gestação, DST/Aids, dificuldades na área afetiva e na socialização, baixa auto-estima.

Dos poucos dados disponíveis que temos, conclui-se que a maioria dos casos de abuso sexual acontece em casa, de forma repetida, sem violência e sem evidências físicas. A tentativa de preservar o núcleo familiar, as relações de interdependência, o medo e a omissão levam à constituição na família de um muro de silêncio, que impede a notificação

* *Guia de Orientação para professores.* ABRAPIA. Maus tratos contra crianças e adolescentes.



e a interrupção da escalada de violência física, psicológica e sexual contra a criança e o/a adolescente.

❑ diagnóstico de detectar abuso sexual em hospitais implica um exame físico completo, detalhado e orientado por uma rotina para o abuso sexual, exames complementares e uma abordagem multiprofissional especializada em cada caso, através de entrevistas com a criança e com as pessoas envolvidas.

A Escola

❑ escola também não está isenta nesse aspecto. Em nome do papel de formadora de cidadãos e cidadãs, muitas vezes assume uma atitude discriminatória em relação a seus/suas alunos/as. Não são poucas as crianças e os adolescentes que abandonam a escola alimentando as estatísticas do trabalho infantil, da população de rua, dos/as meninos /as e jovens abandonados/as.

❑ Nas décadas passadas, as questões educacionais eram melhor distribuídas entre a família, a escola, a igreja, a rua, a praça e outras instituições socioculturais. Recentemente, o grande dilema da escola está entre cuidar do ensino, da formação educacional de seu público e garantir cuidados básicos como alimentação, integridade física, comportamento social adequado, atitudes não violentas, porque boa parte do tempo os/as professores/as gastam com questões de comportamento e de violência, tentando recuperar a atenção da criança para a disciplina. Muitas vezes, as crianças e os/as adolescentes vão à escola com uma outra expectativa que a de estudar, ou seja, para reproduzir coisas vistas nas ruas, nas casas e em outros ambientes que frequentam.

❑ No entanto, é um engano pensar que a violência é um privilégio das classes populares ou segmentos sociais empobrecidos. Quantas vezes vemos adolescentes ricos ou de classe média praticando vários tipos de violência, consumindo drogas, se afastando dos estudos, rompendo vínculos afetivos.

❑ Notadamente, existem vários fatores que explicam a violência. Entre eles, um que tem relação direta com aspectos educativos é a questão da falta de limites claros

e precisos na convivência com crianças e adolescentes. É importante perceber que não são as crianças e jovens que não possuem limites, mas os adultos e pais de hoje que não percebem a importância de se impor limites nas relações:

Nós, adultos/as, "trabalhamos sábado, domingo, atendendo celular, fazendo três ou quatro coisas ao mesmo tempo. Somos pressionados pelo modelo social que põe cada vez mais compromissos em nossa agenda, num dia que continua com 24 horas. Somos nós que não conseguimos coordenar o nosso relacionamento como pais com nossos horários, pauta, agenda e educação dos nossos filhos... As crianças podem não ter limites, nós adultos é que devemos tê-los. Crianças não têm limites como nunca tiveram, porque faz parte justamente da educação aprender a ter limites, entendendo por limites, regras ou enquadros espaço-temporais que definem o proibido, o permitido, o melhor, a direção para as coisas. Esses limites a gente aprende, as crianças aprendem com os adultos. Na verdade, a educação pede ao que é lento, que pede um tempo".

(Lino de Macedo, 1999)

Os meios de comunicação

Uma grande preocupação de pais, mães e educadores recai sobre a influência da televisão e dos vídeos comerciais no comportamento de crianças e adolescentes. Algumas pesquisas vêm sendo feitas no sentido de quantificar as cenas de sexo e violência em programas que atingem essa faixa etária, com o intuito de observar a carga de mensagens negativas a que está exposto esse público.

Nos tempos atuais, a televisão é provavelmente o meio de comunicação mais poderoso e fascinante para se chegar às pessoas e dificilmente nós, adultos e educadores, conseguiremos competir com ela.

Entretanto, isso não significa estarmos passivos/as às mensagens veiculadas por ela. Se partirmos do pressuposto de que qualquer projeto educativo deve ter por objetivo não só transmitir o conhecimento, mas também formar a consciência crítica do cidadão/cidadã, é possível, por meio da própria TV, procurar oportunidades para estabelecer um



diálogo com crianças e jovens, no qual possamos dar a nossa opinião de maneira informal, dar informações mais completas sobre fatos e temas abordados nos programas e mostrar as contradições existentes. É possível, por exemplo, problematizar uma cena de amor de novela, comentando a importância de se discutir contracepção e DST/Aids antes de se iniciar o relacionamento sexual, reforçar as mensagens positivas que são transmitidas nas programações, questionar certos valores que são passados como definitivos, mostrando outras alternativas etc.

De fato, a televisão apresenta uma quantidade nauseante de cenas de violência, além de os modelos negativos serem muito frequentes. No entanto, o problema maior é a ausência de acompanhamento crítico ao meio, o contraponto necessário para o discernimento entre uma programação de baixa qualidade e aquilo que é útil para a formação de crianças e jovens.

"A criança que usa mal a TV, durante o dia, tem como modelo um pai que chega em casa cansado, cheio de preocupações, querendo esquecer o mundo e que liga a mesma TV para assistir a um filme ou programa que só fala do "mundo cão". A criança meio que repete o modelo ou, ainda, assiste às novelas que muitas vezes trabalham temas que não são interessantes. O complicado é a falta do modelo positivo, porque uma criança que o tem possui outras referências. (Lino de Macedo, 1999).

É possível prevenir

Do mesmo modo que as DST/Aids, o melhor remédio é prevenir para que não aconteça. Para dar certo, temos que entender que a prevenção à violência é uma responsabilidade de todos/as nós, independente de classe social, de religião, ou grupo de convivência.

A Organização Mundial de Saúde classifica a prevenção nas seguintes categorias:

- **Prevenção Primária:** é aquela que tem como objetivo a eliminação ou redução dos fatores culturais e ambientais que favorecem os maus tratos.
- **Prevenção Secundária:** é aquela que tem como objetivo detectar, o mais rápido possível, crianças, adolescentes

e adultos em situação de vulnerabilidade, impedindo os atos de violência e/ou a sua repetição. Atua em situações já existentes.

- **Prevenção Terciária:** é aquela que tem como objetivo o acompanhamento da vítima e do agressor.

Caberia à escola investir, prioritariamente, na prevenção primária, estabelecendo, na medida do possível, parcerias para garantir que a prevenção secundária e terciária acontecessem.

Crianças, Adolescentes e Cidadania

De acordo com Faleiros (1995) “ a cidadania de crianças foi incorporada muito recentemente às prioridades da agenda de políticas públicas. A construção coletiva e a promulgação do Estatuto da Criança e do/a Adolescente (ECA), o trabalho de mobilização e a pressão exercida pelos movimentos sociais e demais instituições da Sociedade Civil vieram coroar uma nova concepção de direitos. Todo o movimento social da década de 80, voltado para a democratização da sociedade após longos anos de ditadura, pode-se dizer que teve sua culminância no reconhecimento da criança e do/a adolescente como sujeitos de direitos plenos”.

A instituição do ECA coloca o Brasil em posição de vanguarda no reconhecimento da proteção integral da infância e da juventude. Todavia, a existência de uma lei não necessariamente garante a sua execução. Como bem observa Bobio (1996), há uma diferenciação bem demarcada na proclamação de um direito e na forma de desfrutá-lo efetivamente. No Brasil, mais especificamente, existe um grande fosso social que separa a legislação vigente, a realidade social e as práticas de legitimação de seus conteúdos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, promulgado em 1990, define que todas as crianças e adolescentes têm direito à proteção integral, e que são sujeitos com direitos especiais porque são pessoas em processo de desenvolvimento. O ECA determina que o atendimento das necessidades e dos direitos das crianças (até 12 anos) e adolescentes (de 12 a 18 anos) seja prioridade absoluta das

políticas públicas do país. Também define meios de participação da população no estabelecimento e na fiscalização dessas políticas, através dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares.

Os Conselhos de Direitos das Crianças e dos Adolescentes atuam no estabelecimento das políticas e programas de atendimento à infância e à adolescência. Os Conselhos Tutelares, cujos conselheiros são eleitos pelo voto popular, atuam nos municípios com a função de zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes.

Para a garantia dos direitos de cidadania, é fundamental que os/as profissionais que trabalham com crianças e adolescentes conheçam e divulguem os Conselhos de seu município ou região, apóiem seu funcionamento e utilizem seus serviços sempre que algum direito da criança não for assegurado.

Não podemos esquecer, também, que a importância do investimento na formação de educadores/as, na avaliação do método e trabalho realizado pela escola, na avaliação dos materiais educativos utilizados pelos/as docentes, no incremento de tecnologia - inclusive em sala de aula - são medidas necessárias para a implementação de programas de prevenção à violência na escola.

Pontos para Reflexão

- ⇒ O que você pode fazer para tornar a vida das pessoas com quem convive menos violenta?
- ⇒ O que você pode fazer para diminuir a violência na escola?
- ⇒ Com quem você estabeleceria parcerias na comunidade para trabalhar com a questão da violência? Por quê?

Sugestões de Atividades

Leitura e discussão de texto

Objetivo

- Identificar alguns conceitos relacionados à violência

Tempo

- 60 minutos

Processo

1. Distribuir o texto "Abordagem sociológica da violência" para todos/as os/as participantes do grupo.

Abordagem sociológica da violência

Segundo a filósofa Marilena Chauí, "entendemos por violência uma realização determinada das relações de força tanto em termos de classes sociais quanto em termos interpessoais. Em lugar de tomarmos a violência como violação e transgressão das normas, regras e leis, preferimos considerá-la sob dois outros ângulos. Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior.

Em segundo lugar, como uma ação que trata um ser humano não como um sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência.

Ainda, segundo a mesma filósofa, devem ser distinguidas relação de força e relação de violência. "A pura relação de força visa, em última instância, aniquilar-se como relação, pela destruição de uma das partes. A violência, pelo contrário, visa continuar a relação mantendo as partes presentes uma para a outra, porém uma delas anulada em sua diferença e submetida à vontade e à ação da outra. A força deseja a morte ou a supressão imediata do outro. A

violência deseja a sujeição consentida ou a supressão mediatizada pela vontade do outro, que consente em ser suprimido em sua diferença. Assim, a violência perfeita é aquela que obtém a interiorização da vontade e da ação alheias pela vontade e pela ação da parte dominada, de modo a fazer com o que a perda da autonomia não seja percebida nem reconhecida, mas submersa numa heteronomia que não se percebe como tal. Em outros termos, a violência perfeita é aquela que resulta em alienação, identificação da vontade e ação de alguém com a vontade e ação contrárias que a dominam.”

2. O/A educador/a solicita que os/as alunos/as leiam o texto e em seguida, discute o
que foi entendido a partir de perguntas previamente preparadas.
3. A partir da compreensão do texto, trabalhar em grupo conceitos de:
 - a. diferença
 - b. assimetria de gênero
 - c. desigualdade

Violência e Meios de Comunicação

Objetivo

- Levar o/a adolescente a avaliar os programas e filmes que passam na TV, analisando a forma como o tema é tratado e reconhecendo as cenas de violência sexual e de gênero.

Tempo

- 60 minutos

Material

- TV e videocassete ou jornais e revistas atuais
- papel e caneta para todos/as

Processo

1. O/a educador/a escreve no quadro a palavra violência e solicita que os/as adolescentes falem tudo o que lhes

- vier na cabeça a partir desta palavra. Escreve no quadro tudo o que os/as jovens forem falando.
2. Quando terminar a explicação, coloca no quadro outros tipos de violência que não foram lembrados, tais como: sexismo, racismo, coisificação etc.
 3. Previamente, o/a educador/a seleciona cenas (10 minutos no máximo) de alguns programas de televisão nos quais apareçam tipos de violência (clips de música, novelas, filmes, programas de auditório, propagandas etc.) ou notícias e/ou reportagens de jornais e revistas que falem não só de casos de violência explícita, mas que tratem as pessoas de uma forma desrespeitosa (por exemplo: sexismo, mulher como objeto, fotos de propaganda nas quais o bandido é negro, mulheres seminuas vendendo carro etc.).
 4. Se a opção for por imagens e textos televisivos, junto com a classe analise a situação que foi apontada como violenta e o porquê. Volte a cena para trás e passe outra vez, se houver algum tipo de dúvida. Caso o/a educador/a perceba algum tipo de violência que não foi detectada pelos/as alunos/as, retome a cena quando eles/as tiverem esgotado suas observações.
 5. Caso a opção seja por artigos e notícias de jornal, divida a turma em grupos de mais ou menos 5 pessoas e solicite que analisem os recortes de jornais e revistas e apontem os tipos de violência que aparecem. Quando cada grupo tiver terminado seu trabalho, peça que contem suas conclusões.
 6. Ao final, o/a educador/a retoma as principais conclusões dos grupos e fecha dizendo que todos/as os/as participantes dos grupos convivem com algumas das violências que foram discutidas e que, muitas vezes, nem as reconhecem como tal. Fazem parte dessas violências as desigualdades entre os gêneros, o desrespeito entre as pessoas, o racismo, obrigar os outros a fazerem o que queremos, espancar etc. Agora, uma vez reconhecendo essas manifestações de violência, cabe a cada um/a de nós ficar atento/a para não as reproduzir e para lutar por um mundo mais justo e igualitário.

Situações de violência

Objetivo

- Levar os/as adolescentes a perceberem alguns tipos de violência que existem em nossa sociedade e a refletirem como poderiam agir caso se tornassem vítimas dessa violência.

Tempo

120 minutos

Material

- 6 roteiros para serem distribuídos para os grupos

Processo

1. O/a educador/a, com antecedência, prepara 4 roteiros para serem distribuídos entre os grupos de alunos/as. A distribuição dos roteiros deverá ser feita, também, com antecedência para que os grupos possam se preparar. Cada grupo terá no máximo 15 minutos para fazer sua apresentação e deverá fazer segredo para os outros grupos.
2. No dia da apresentação, o/a educador/a solicita que cada grupo faça a apresentação, como ensaiou. Quando terminarem, faz algumas perguntas para a platéia como, por exemplo:
 - que tipo de violência foi dramatizada?
 - como vocês acham que a vítima se sentiu?
 - o que leva certas pessoas a praticarem este tipo de violência?
 - como esse tipo de violência poderia ser evitada? (meios de comunicação, leis, campanhas etc.)
 - como poderíamos ajudar alguém que está ou que já passou por um tipo de violência como esta?
 - como poderíamos nos prevenir deste tipo de violência?
3. O/a educador/a faz suas observações embasado/a no Estatuto da Criança e do/a Adolescente.

Sugestões de Roteiro

Roteiro 1

Ana é uma garota que gosta muito de esportes.

Um dia desses, ela estava correndo no calçadão da praia às 6 horas da manhã, quando foi abordada por um rapaz muito bonito.

Ele a convidou para sentar um pouco na areia para conversarem um pouco. Ana topou. Eles andaram um pouco e o rapaz se sentou num trecho da praia que estava deserto. O papo corria bem, até que o rapaz começou a agarrar Ana e acabou estrupando-a.

Quando conseguiu recompor-se, Ana procurou um policial que lhe disse: "Minha filha, nessa hora da manhã, com esse shortinho, você queria o quê? Fez por merecer."

Roteiro 2

Rogério sempre foi um menino diferente. Gosta de ler, de escrever poesia, de ir ao cinema, não se interessa nem um pouco por esportes radicais e acha que "ficar" é uma coisa muito boba.

Um dia, ele começou a se interessar por Luiza, a menina mais legal da escola na opinião de 9 entre 10 meninos. Encheu-se de coragem e foi convidá-la para um cinema. Qual foi sua surpresa quando Luiza se recusou, alegando que todos na escola sabiam que ele era gay e que tinha Aids e que, portanto, ela não se arriscaria a pegar a doença.

Roteiro 3

Marlene trabalha na farmácia do Sr. João há 6 meses. Ela precisa desesperadamente desse emprego, pois sua mãe está com um grave problema de saúde e ela é quem está bancando a alimentação de toda a família. Ontem, o patrão pediu para que ela ficasse um pouco depois do expediente para ajudá-lo a repor o estoque. Marlene ficou. Só que o farmacêutico fez-lhe a seguinte proposta: "Quero fazer sexo com você. Se

“você topar lhe dou uma boa grana, caso contrário, você está despedida”!

Marlene saiu correndo da farmácia, chorando. Foi para a casa de uma amiga que lhe perguntou se ela tinha “dado mole” para o patrão.

Roteiro 4

Geraldo é um jovem de 18 anos e que adora passear. Um de seus divertimentos favoritos é ir ao *shopping* ver as meninas e as vitrines. No sábado passado, ele estava dando umas voltas por lá, quando ouviu um grito de “Pega Ladrão”. Olhou para o lado procurando ver o que estava acontecendo, quando sentiu que o estavam segurando. Foi levado para uma sala e lá foi espancado pelos seguranças do *shopping* que o acusavam de ter roubado um relógio e dado para um colega, já que não estava com ele. Geraldo dizia que ele não tinha feito nada, que só estava passeando. Um dos homens retrucou: “Preto não tem dinheiro para vir ao *shopping* fazer compras, só vem mesmo é para roubar!”

Roteiro 5

Paulinha tem 12 anos, é uma menina muito pobre e gostaria muito de ter uma roupa e um tênis bonito como aqueles que ela vê na televisão e nas revistas. Seus pais não têm como lhe dar estes presentes e Paulinha se sente muito inferior em relação às suas amigas por não se vestir tão bem como elas.

Tem um senhor de uns 50 anos que vive dizendo que Paulinha é linda e lhe dá balas. Um dia, perguntou porque ela estava triste e ela lhe conta sobre o tênis.

Ele diz que lhe dará o dinheiro, mas ela tem que fazer uma coisa por ele. “Qualquer coisa” responde a menina. Ele lhe pede primeiro um beijo na boca e, depois, que ela faça sexo oral nele.

A história vazou na escola e alguns/algumas professores/as querem punir a menina por ela ser prostituta.

Roteiro 6

Janete é uma menina de 11 anos que acabou de entrar na adolescência. Conforme seu corpo foi se desenvolvendo, seu pai começou a fazer algumas brincadeiras diferentes com ela. Passava a mão nos seus seios, e sorratamente, a apertava contra a parede e móveis da casa.

Um dia, quando estavam sozinhos em casa, chamou-a para a cama e disse que iriam fazer uma coisa muito gostosa, mas que seria um segredo entre eles, e que ninguém nem a mãe poderia saber. Nesse dia, ele começou a ter relações sexuais com ela, fato esse que passou a se repetir por vários meses.

A mãe, já desconfiada, um dia conseguiu flagrá-los. Ficou desesperada e acusou Janete de ter permitido que isso acontecesse.

Bibliografia sugerida

ABRAPIA. Guia de orientação para professores. Maus tratos contra crianças e adolescentes; proteção e prevenção. Rio de Janeiro, Autores & Agentes & Associados, 1992.

Associação Brasileira de Psicopedagogia. Entrevista com o Prof. Dr. Lino de Macedo. São Paulo, abril de 1999.

ADORNO, S. Violência e Educação. In: Seminário Interno da Secretaria do Menor do Estado de São Paulo. São Paulo, 1990.

ECOS, Boletim Transa Legal para Educadores/as n° 5 e 6. ECOS, São Paulo, 1997.

BARSTED, Leila A .L. Violência contra a mulher e cidadania: uma avaliação das políticas públicas. Cadernos CEPIA, Rio de Janeiro, 1994.

BOWLBY, John. Formação e rompimento dos laços afetivos. São Paulo, Martins Fontes, 1982.

Campanha contra a Violência. Fundação Samuel, 1993.

Estatuto da Criança e do Adolescente - Criança e Adolescente. CBIA/Ministério da Ação Social/FBB.

FALEIROS, V. Infância e Processo Político no Brasil. In: Rizzini, I, Pilotti, F (orgs). A arte de governar crianças. Rio de Janeiro: Amais, 1995.

FNUAP/ Secretaria do Trabalho e Ação Social. Violência e Exploração Sexual. In: Projeto Amor à Vida, Fortaleza, 1997.

GÓMEZ, A. Violência contra las mujeres, um ejercicio de poder. In: Por el Derecho de Vivir sin Violencia: acciones y propuestas desde las mujeres. Cuadernos Mujer Salud. RSMLAC, Chile, 1996.

MINAYO, M. C, et al. Fala Galera. Juventude, Violência e Cidadania no Rio de Janeiro. UNESCO - Fiocruz, Fundação Ayrton Senna, Fundação Ford. Garamond, 1999.

SAFFIOTTI, Heleieth. Relações de Gênero: violência masculina contra a mulher. In: Mulher e Dignidade: dos Mitos à Libertação. São Paulo, Ed. Paulinas, 1989.